

ANGOLA PRECISA, URGENTEMENTE, DE UM NOVO PACTO CULTURAL

Cinquenta anos após a Independência, a cultura angolana continua a ser um dos espelhos mais fiéis das conquistas e das fragilidades do país. É nela que se revelam a memória colectiva, a criatividade do povo e o potencial de transformação social — mas também a ausência de políticas sustentadas e a falta de visão estratégica.

Os primeiros anos de soberania foram de relevante lucidez. Sob a orientação de António Jacinto, o Ministério da Cultura abriu, em 1976, as Escolas de Arte com acesso gratuito, organizou os Museus, estabeleceu estratégias para a recuperação, estudo e divulgação das línguas nacionais e pensou na democratização do acesso à cultura, como instrumento de educação da sociedade para o respeito pelas artes e pelo património cultural.

Foi um gesto de visão política rara, que entendia a cultura no seu todo como força de emancipação e instrumento de progresso social.

Mas esse impulso inicial acabou por se perder. A ausência de continuidade e consistência nas políticas culturais resultaram num sistema frágil e desorganizado. O desinvestimento no ensino artístico, a quase ausência de profissionais qualificados nas diversas áreas da cultura, bem como a falta de uma estratégia de longo prazo conduziram à desagregação actual. Hoje, o país tem escolas sem professores qualificados para assegurarem um ensino de qualidade, artistas sem espaços de criação, património em risco e um público consumista, cada vez mais afastado das práticas culturais.

No plano das danças patrimoniais, das tradições musicais e mesmo das artes visuais e plásticas, muitas expressões estão em vias de extinção por falta de planos de investigação e preservação consistentes (felizmente alguns investigadores estrangeiros têm-se dedicado a dar visibilidade a projectos culturais de grande importância patrimonial). Grupos comunitários e artistas independentes resistem, mas sem enquadramento técnico nem apoio formalizado. O resultado é um país que produz, mas não regista; que celebra a diversidade, mas não a protege.

A nível da criação contemporânea, persistem algumas referências de qualidade que sobrevivem com meios escassos, mantendo viva a chama da experimentação e da reflexão. Contudo, são excepções num panorama em que o conservadorismo, a ausência de infra-estruturas e a inexistência de enquadramento e de políticas de suporte travam o progresso artístico e o crescimento cultural. A destruição do Teatro Avenida ou a degradação do Cine-Teatro Nacional são exemplos simbólicos de um país que, aos poucos, desmantelou a sua rede de criação e fruição artística e cultural. Todavia, e é preciso que se diga, percebe-se, como sinal positivo, a actual preocupação em construir e recuperar equipamentos que permitirão revitalizar a vida cultural do país, devolver à arte o seu espaço natural e aos artistas condições dignas para criar e apresentar o seu trabalho. Ao mesmo tempo abrir-se-á caminho à formação de novos públicos e à reconstrução do vínculo entre cultura, comunidade e cidadania. Mas claro que a esperança depende da manutenção destes equipamentos, da sua programação e da acessibilidade aos criadores e não apenas da inauguração simbólica.

É fundamental compreender que a cultura não pode depender apenas da boa vontade dos seus agentes activos (artistas, agentes, produtores, etc.). Mesmo as iniciativas privadas ou

de promotores independentes exigem uma política pública consequente e articulada, que reconheça o sector cultural como verdadeiro pilar do desenvolvimento nacional.

No domínio das artes – ainda pouco valorizado e raramente discutido com profundidade – o Ministério da Cultura deveria concentrar a sua intervenção em três eixos estratégicos fundamentais:

O primeiro é activar a Lei do Mecenato, aprovada há quase uma década mas nunca implementada, criando um verdadeiro enquadramento legal que envolva o sector privado no apoio à criação artística.

O segundo é reformar o ensino artístico, garantindo formação média e superior qualificada, actualização pedagógica e integração da educação artística nos diferentes níveis de ensino, de modo a formar criadores e públicos mais conscientes.

O terceiro é instituir fundos públicos de apoio à criação, que assegurem condições para a produção de obras originais, a investigação e a difusão cultural em todo o território.

Estes três pilares poderiam, em conjunto, relançar o sector cultural e devolver-lhe a dignidade e a relevância que merece no desenvolvimento nacional, sendo capazes de equilibrar tradição e contemporaneidade, entretenimento e pensamento crítico, mercado e património. É urgente que deixemos de pensar que a cultura angolana é apenas memória e perceber que também é também futuro, instrumento de cidadania e espelho da diversidade que nos define num mundo global.

Portanto, celebrar meio século de independência deve significar mais do que olhar para trás; deve ser o momento de reconstruir a confiança entre Estado e criadores, entre património e inovação. É tempo de repensar a cultura como parte essencial do projecto de Nação; Sem ela, não há identidade, nem coesão, nem futuro.

Está na hora de reflectir sobre o compromisso de reerguer o que se deixou ruir. Se o país souber investir nos seus artistas e na sua cultura será, finalmente, um país capaz de se compreender e de se transformar.

Luanda, 08 de Outubro de 2025

Ana Clara Guerra Marques
(Coreógrafa e investigadora)